

Ricos no Rio Grande do Sul e na RMPA: PNADS de 1992, 2002 e 2007

Rich in Rio Grande do Sul and MRPA: PNADS 1992, 2002 and 2007

Tatiane Ferreira da Silva¹

Angélica Massuquetti²

Resumo

O objetivo do artigo é caracterizar os ricos no Rio Grande do Sul (RS) e na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), a partir da Pesquisa Nacional por Amostra e Domicílio (PNAD), nos anos de 1992, 2002 e 2007. Os resultados encontrados, tanto para o Rio Grande do Sul quanto para a RMPA, mostram que os ricos são homens, residentes na área urbana, com 15 anos ou mais de estudo e podem ser divididos entre duas classes de rendas: os que recebem de mais de 10 a 20 salários mínimos mensais e os que recebem mais de 20 salários mínimos mensais. Os ricos da população gaúcha, na sua maioria, estão concentrados na RMPA. Independentemente da classe de rendimento, os ricos possuem, no mínimo, a graduação completa, o que equivale a mais de 15 anos de estudo, e os ricos que recebem mais de 20 salários mínimos mensais trabalham, habitualmente, mais horas semanais, justificando, de certa forma, sua maior renda.

Palavras-chave: Ricos; Renda; PNAD.

Abstract

The aim of this paper is to characterize the rich in the state of Rio Grande do Sul (RS) and in the metropolitan region of Porto Alegre (MRPA) based on a national survey named Pesquisa Nacional por Amostra e Domicílio (PNAD), in 1992, 2002 and 2007. The results show for both Rio Grande do Sul and MRPA that the rich are men, living in urban areas, with 15 years or more of education and are divided in two groups of income: those who earn between 10 and 20 minimum wages monthly and those who earn more than 20 minimum wages monthly. Most of the rich is concentrated in the RMPA. In both groups of income the rich are, at least, graduated, which means 15 years of education and those who earn more than 20 minimum wages monthly usually work more hours per week, explaining to some extent their higher income.

Keywords: rich; income; PNAD.

J.E.L.: O15; D31; J11.

¹ Economista graduada pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Correio eletrônico: tferreirasilva@yahoo.com.br

² Doutora, Professora e Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Correio eletrônico: angelicam@unisinobr

INTRODUÇÃO

As pesquisas sobre tamanho e características de uma população são antigas na história da humanidade. Fora a referência bíblica, sabe-se que China, Egito, Grécia e Roma contavam e refletiam sobre seus habitantes e atividades principais. Com o desenvolvimento da economia, crescem as populações e tornam-se complexas suas relações. As informações de natureza pessoal e qualitativa dão lugar ao crescimento da informação impessoal e quantitativa. A estatística se desenvolveu e também todo um conjunto de métodos de obtenção de informações e análise dos dados, ou seja, crescem as necessidades de informações e a possibilidade de que elas sejam coletadas e analisadas.

Quem demanda essas informações não é mais apenas o gestor público, mas também as organizações privadas que exploram mercados e as organizações públicas não governamentais que defendem interesses sociais. Assim, aos agentes políticos se juntam os empresários, os pesquisadores e os militantes sociais que buscam, nas estatísticas populacionais, ocupacionais e outras bases, a fundamentação necessária para a elaboração de projetos, empreendimentos, análises etc. Nesse sentido, a comparabilidade intertemporal dos dados é fundamental, bem como a desagregação setorial e espacial.

No Brasil, antes de 1872, os dados populacionais não eram precisos, como é observado nessa pesquisa. No entanto, ficava evidente a necessidade do país conhecer a si mesmo. Muito mais tarde, no final da década de 1930, com a criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os Censos, que já existiam de 10 em 10 anos, ganharam novos itens e, já mais recentemente, as pesquisas se multiplicaram, podendo-se obter informações sobre emprego, rendimento, fecundidade, escolaridade, número de pessoas por domicílio e, até mesmo, de bens e eletrodomésticos possuídos pelas famílias.

O conhecimento sistematizado sobre o Brasil é importante, pois há elevados níveis de desigualdade social no país, que acarretam consequências graves para uma parte expressiva da população. A concentração de renda no país está tão presente que o centésimo mais rico da população possui uma renda superior à soma de todos os rendimentos da metade mais pobre desta mesma população. Além disto, uma parte expressiva de toda a desigualdade de renda é determinada pela diferença relativa entre apenas 3% da população mais rica e o restante das pessoas no país. Os níveis de concentração de renda no Brasil variam entre suas diversas regiões. A análise das características e dos determinantes da riqueza permite compreender, segundo Medeiros (2005a), quem controla a sociedade brasileira, neste caso os ricos, e em que medida seus interesses vão ao encontro das necessidades da massa pobre da população.

Apesar da importância dos estudos dos ricos, este tema é ainda pouco discutido no campo acadêmico. Há escassa informação sobre os ricos nos levantamentos de dados conduzidos regularmente e as informações existentes são fortemente protegidas por restrições de confidencialidade, diferentemente da população mais pobre, a qual é foco da maioria das pesquisas. Os poucos estudos existentes sobre os ricos abrangem o Brasil e, nesta pesquisa, propõe-se contribuir para o debate acerca dos ricos ao caracterizá-los, especificamente, no Rio Grande do Sul e na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA). Como objetivos específicos, o artigo visa apresentar, brevemente, a pesquisa brasileira sobre populações e a evolução das principais características para o segmento dos ricos,

caracterizar e definir os ricos no Brasil e, por fim, analisar o segmento dos ricos no estado gaúcho e na RMPA.

O estudo dos ricos é importante por possuírem, proporcionalmente, um grande volume da riqueza e por deterem poder. A combinação dos poderes político e econômico faz com que os ricos sejam um dos grupos da sociedade com maior capacidade de influenciar os rumos do desenvolvimento nacional (MEDEIROS, 2005a).

Em relação ao estado do Rio Grande do Sul, sabe-se que é a quarta maior economia do Brasil, considerando seu Produto Interno Bruto (PIB), que alcançou R\$ 252,48 bilhões, em 2010. Este valor corresponde a 6,7% do PIB nacional, sendo superado apenas pelos estados de São Paulo (33,9%), Rio de Janeiro (11,1%) e Minas Gerais (9%). Na relação entre PIB e população, o estado se mantém em uma posição favorável, ou seja, bem acima da média nacional. A economia gaúcha possui uma associação com os mercados nacional e internacional também superior à média brasileira, o que faz com que a participação da economia gaúcha oscile conforme a economia nacional e também de acordo com a dinâmica das exportações (IBGE, 2013).

Além desta Introdução, este artigo está dividido em mais cinco seções. Na segunda seção, apresentam-se a pesquisa brasileira sobre populações e a evolução das características do segmento dos ricos. Na terceira seção, são abordadas a caracterização e a definição dos ricos no Brasil. Na quarta seção é apresentada a metodologia adotada no artigo. A quinta seção expõe os resultados da pesquisa e, por fim, na sexta seção são apresentadas as principais conclusões deste estudo.

A PESQUISA BRASILEIRA SOBRE POPULAÇÕES E A EVOLUÇÃO DAS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS PARA O SEGMENTO DOS RICOS

Os temas da concentração de renda, das desigualdades sociais e da pobreza são constantes nas análises econômicas sobre o Brasil, no entanto, não se pode dizer o mesmo sobre o tema da riqueza. As discussões sobre a pobreza ou a riqueza devem estar associadas não exclusivamente à percepção da renda, mas ao desenvolvimento de capacidades dos indivíduos, como ocorre, por exemplo, no estudo de Sen (2000). Por mais que os dados estatísticos sejam pouco pródigos na avaliação dessas capacitações individuais, pode-se considerar, contudo, que o detalhamento das pesquisas permite uma visualização mais complexa de segmentos populacionais, dando conta de condições materiais de vida que não se reduzem à renda, sendo o pano de fundo para o desenvolvimento de tais capacitações.

A erradicação da pobreza no país teria como primeiro passo a redução dos índices de desigualdade, sendo colocada como possível solução a adoção de políticas de redistribuição de renda. No entanto, Medeiros (2005a) salienta que o processo de redistribuição de renda, transferência de recursos dos ricos para os pobres, requer conhecimentos sobre as populações que seriam atingidas por essas medidas. Contudo, as pesquisas realizadas sobre os ricos são menos comuns do que os estudos acerca dos pobres.

A análise do segmento dos ricos na população brasileira pode ser realizada a partir do Censo Demográfico, que visa acompanhar o crescimento, a distribuição geográfica e a evolução de outras características da população ao longo do tempo;

da PNAD, que é uma das pesquisas mais indicadas para a estimativa de linhas de riqueza no Brasil, pois abrange a maioria da população brasileira e possui a finalidade de coletar informações sobre suas características socioeconômicas; e da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF), que busca fornecer informações sobre a composição dos orçamentos domésticos, da alocação de gastos e da distribuição dos rendimentos. Nesse estudo, optou-se pela PNAD, como será apresentado na próxima subseção.

BREVE HISTÓRICO DA PNAD NO BRASIL

A PNAD foi implantada em 1967 com o objetivo de completar informações básicas sobre a população durante o período intercensitário. Foi criada com a finalidade de produzir informações para o planejamento e o estudo do desenvolvimento socioeconômico do país (DEDECCA, 1998). A pesquisa é realizada anualmente e abrange todo o território nacional, sendo que a área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá foi incluída a partir da PNAD de 2004.

De acordo com o IBGE (2007), a pesquisa foi definida para atender diversos propósitos, abrangendo as áreas demográfica, de saúde, de consumo alimentar e nutrição, de condição de habitação e de equipamentos domésticos, de educação e de cultura e de nível econômico do domicílio. A sua estrutura é composta por três instrumentos, sendo elas: Pesquisa Básica, que investiga os temas definidos como mais importantes para acompanhar a evolução socioeconômica da população do país; Pesquisas Suplementares, que são responsáveis em aprofundar os temas permanentes e investigar outros assuntos de interesse que se interliguem com a Pesquisa Básica; e Pesquisas Especiais, que tratam de assuntos de maior complexidade, que podem até requerer um esquema de amostragem diferente dos demais.

A PNAD constitui uma pesquisa sobre a população residente no país em domicílios particulares, em unidades de habitação e em domicílios coletivos. As características básicas investigadas até 1990 eram cinco: demográficas e sociais, educacionais, mão-de-obra, rendimento e habitação. As principais características pesquisadas após 1990 foram: habitação, características demográficas gerais, migração, fecundidade feminina, educação, características de trabalho e rendimento.

EVOLUÇÃO DAS CARACTERIZAÇÕES DO SEGMENTO DOS RICOS DA POPULAÇÃO

Em relação à PNAD, as principais informações obtidas quanto às características de trabalho e rendimento, utilizadas em sua maioria para definir parâmetros entre ricos e não ricos, são apresentadas a seguir:

- 1) Condição de atividade e ocupação na semana de referência e no período de referência de 365 dias;
- 2) Ocupação, atividade, posição na ocupação, categoria do emprego nos trabalhos principal e secundário;
- 3) Rendimento e horas trabalhadas nos trabalhos: principal e secundário e em outros trabalhos;
- 4) Contribuição para instituto de previdência;
- 5) Tempo de permanência no trabalho principal;
- 6) Setor do emprego e área do emprego público;

- 7) Tempo gasto no domicílio para o trabalho, local de estabelecimento do empreendimento e número de pessoas ocupadas no empreendimento do trabalho principal da semana de referência;
- 8) Forma de remuneração, recebimento de auxílios (alimentação, transporte, educação e saúde) e jornada diurna ou noturno do emprego no trabalho principal;
- 9) Associação a sindicato, contribuição para previdência privada e idade com que as pessoas ocupadas começaram a trabalhar;
- 10) Recebimento de seguro-desemprego das pessoas sem trabalho na semana de referência que saíram do último emprego no período de referência de 365 dias;
- 11) Condição de aposentado, pensionista e cuidar dos afazeres domésticos, independente da condição de atividade; e
- 12) Rendimentos não oriundos de trabalho, independentemente da condição de atividade.

Pelo fato da PNAD ser realizada anualmente, com exceção dos anos de Censo Demográfico, é possível obter uma formação de séries de tempo ao longo de uma mesma década. Além disso, seu questionário básico é complementado por instrumentos suplementares, cobrindo uma extensa gama de características socioeconômicas da população brasileira. Assim, a PNAD é considerada uma fonte de dados mais segura para o estudo dos ricos, comprovada pela pesquisa realizada por Medeiros (2003b). É consenso entre os pesquisadores dessa temática, segundo o autor, que a qualidade dos questionários, do processo de entrevista e dos procedimentos de crítica de consistência, é relevante para a pesquisa das desigualdades de renda, incluindo-se o estudo dos ricos.

Existem outros levantamentos estatísticos cuja cobertura geográfica é de menor extensão, de caráter mais localizado, contudo, pouco explorados e que podem contribuir para o estudo dos ricos. O uso de informações tributárias seria adequado para o estudo dos ricos, pois traria informações mais detalhadas sobre os rendimentos e os fluxos bancários da população interessada e sobre a riqueza que não é contabilizada com apropriação direta das famílias. Também seria plausível a realização de estimativas de estoques de riqueza, o que não é possível dentro das pesquisas amostrais, no entanto, os acessos a essas informações são restritos.

Após conhecer os principais aspectos e a evolução histórica da PNAD, é necessário avançar na definição e na caracterização dos ricos, objeto de estudo da próxima seção.

CARACTERIZAÇÃO E DEFINIÇÃO DOS RICOS NO BRASIL

De acordo com Medeiros (2005b), o Brasil encontra-se entre os países que apresentam os maiores níveis de desigualdade do mundo, principalmente no que diz respeito à distribuição de renda. Apesar de seus recursos abundantes, sua sociedade é segmentada em uma extensa massa pobre e uma reduzida elite rica, que é resultado de um processo histórico. As desigualdades regionais no Brasil são elevadas e ainda que as grandes regiões brasileiras detenham particularidades, as regiões Sudeste e Sul são as mais ricas. Uma região pode apresentar maior incidência de riqueza por ter mais recursos do que as demais ou porque a distribuição dos recursos em determinada região permite a formação de uma elite. O

autor afirma que a incidência e a intensidade da riqueza entre as unidades geográficas são resultado do maior poder dos ricos, de algumas localidades, de se apropriar do produto gerado pela economia deste local.

Os estudos sobre os pobres já são uma área vasta e consolidada no campo acadêmico, além de apresentarem uma extensa literatura. Entretanto, a população dos ricos, possivelmente a mais afetada com a adoção de transferências redistributivas, é pouco conhecida e investigada. O estudo dos ricos, segundo Medeiros (2005b), por ser relativamente recente, apresenta desafios quanto à metodologia a ser adotada. Os principais desafios seriam obtenção de dados sobre essas populações e a definição do conceito de rico. Os resultados de parte dos estudos sobre a população rica no Brasil ainda têm caráter relativamente descritivo e especulativo, devido aos obstáculos relacionados à obtenção de dados para o desenvolvimento desse tema.

Para Medeiros (2005b), os levantamentos de dados do IBGE não foram desenhados para se obter informações específicas sobre os ricos, sendo necessárias adaptações metodológicas. Os questionários das pesquisas não identificam claramente os rendimentos provindos de operações financeiras ou valores de patrimônio que podem influenciar a riqueza de uma pessoa, merecendo serem complementados com outras informações. Além disso, a sonegação das informações é mais alta nos estratos de maior renda.

Para que seja possível o estudo dos ricos, é necessário que se tenha a definição de quem são eles, não existindo um conceito único a respeito da caracterização destes. Alguns estudos consideram os ricos como aqueles que possuem uma renda acima de um valor determinado; outros definem os ricos a partir de sua posição relativa na distribuição de renda pessoal ou domiciliar; ou, ainda, a partir de sua posição em um grupo social considerado rico (MEDEIROS, 2005b).

Uma alternativa para o entendimento sobre os ricos é a análise da situação de pobreza, que pode ser entendida como aquela em que os indivíduos vivem abaixo de condições consideradas mínimas, e, a partir daí, a riqueza pode ser definida como a situação em que os indivíduos vivem acima de um determinado patamar. Ambos dependem da análise de diversas variáveis, levando em consideração as condições de vida dos demais indivíduos.

Para Medeiros (2005b), riqueza e poder político estão associados, onde, muitas vezes, os cargos que recebem os maiores salários estão em posições privilegiadas e influenciam diretamente os poderes legislativo, judiciário e executivo na contratação de grandes volumes de mão de obra e até mesmo na formação da opinião pública, fazendo com que os ricos sejam um dos grupos da sociedade com maior capacidade de influenciar os rumos do desenvolvimento nacional: “por um lado, detêm grande parte das riquezas desigualmente distribuídas e, por outro lado, detêm o poder político necessário para distribuí-las” (MEDEIROS, 2005b, p.20). Em outro momento, o autor afirmou:

[...] Estudar os estratos mais ricos da população é essencial para entender os conflitos de interesse que surgem na formulação de políticas redistributivas no Brasil, uma vez que são esses estratos que controlam posições-chaves no Estado e na organização da economia e se encontram, portanto, em condições privilegiadas para influenciar o desenho e a implementação dessas políticas (MEDEIROS, 2005b, p. 38-39).

Medeiros (2003a, p.9), em seu estudo sobre as teorias de estratificação da sociedade e o estudo dos ricos, divide a população brasileira em ricos e não ricos:

“O grupo mais rico da sociedade é constituído pela classe capitalista, que monopoliza os meios de produção e acumula riqueza por meio da exploração dos trabalhadores”. Diante desta colocação, é possível afirmar que os ricos detêm a maior parte da riqueza do país, possuem posições privilegiadas para influenciar as decisões de Estado, bem como orientar os destinos da economia.

Algumas alternativas são levantadas no estudo de Medeiros (2005b) com relação à distinção entre os estratos ricos e não ricos: 1) distinção a uma estrutura demográfica peculiar; 2) maior operosidade e emprego da mão de obra disponível nas famílias; e 3) ocupação de melhores posições no mercado de trabalho, resultando em remunerações mais altas. A partir deste ponto, o autor explora outros aspectos que influenciam o nível de remuneração, como nível de escolaridade, experiência, discriminação de gênero e raça e segmentação do mercado de trabalho.

Medeiros (2005b) afirma que a redução da desigualdade é essencial para eliminar a pobreza no Brasil e que os ricos podem ser determinados a partir dos pobres. A partir desta afirmação, o autor discorre a respeito de diversas metodologias, utilizando a renda como parâmetro para definir quem são os ricos e sustenta a ideia de que este grupo pode ser facilmente entendido como aqueles que vivem no extremo oposto da região onde se encontram os pobres. A partir deste contexto, Medeiros (2005b) constrói uma linha de riqueza que é definida como a linha que delimita a riqueza acumulada necessária para a eliminação da pobreza extrema, através da redução da desigualdade de renda. A principal função das linhas de pobreza e de riqueza é determinar grandes grupos sociais para permitir um estudo de suas características.

Por meio da análise da diferença dos níveis de renda, por ser esse o principal dado utilizado nas pesquisas, é possível chegar à diferença nos níveis de consumo das duas populações. O consumo das famílias ricas é centrado em educação, recreação e cultura, impostos, manutenção e ampliação de patrimônio e saúde. Já as famílias pobres consomem a maior parte de seu orçamento em alimentos básicos, medicamentos, aluguéis e transporte urbano.

Para Medeiros (2004c), a composição da renda dos ricos provenientes de aposentadorias e pensões foi um ponto bastante analisado, pois grande parte dessas aposentadorias e pensões no Brasil tem origem no Sistema Previdenciário público. O índice de recursos distribuídos pela previdência pública a beneficiários ricos em comparação aos beneficiários não ricos, apesar da diferença numérica, é uma indicação de um perfil distributivo regressivo do sistema previdenciário, que demonstra que o Estado brasileiro atua no agravamento de desigualdades e favorecendo os ricos. A mudança desse perfil do sistema público de previdência permitiria beneficiar grande parte da população não rica, sem, no entanto, afetar de maneira significativa os ricos.

Entretanto, não é o consumo ou a previdência, e sim a diferença de remuneração entre os trabalhadores, que explica as desigualdades entre ricos e não ricos. De acordo com Medeiros (2003b, p.216),

[...] seu efeito isolado sobre o nível de renda das famílias é maior que a combinação de todos os outros componentes da renda per capita do trabalho juntos. Se, hipoteticamente, os trabalhadores não-ricos fossem remunerados da mesma forma que os trabalhadores ricos, a incidência da riqueza se elevaria de tal forma que mais de 41% da população se tornaria rica. Por outro lado, se ocorresse o oposto, isto é, se os trabalhadores das

famílias ricas passassem a receber a remuneração média da massa da população, 91% da população rica se moveria para o estrato dos não-ricos.

Diversos são os fatores responsáveis por essa diferença de remuneração, como nível de educação, redes de relacionamento pessoal, capital cultural e propriedade da empresa, além de características que não têm qualquer relação com a produtividade dos trabalhadores, como gênero e raça. De acordo com Medeiros (2003b), vários estudos apontam o quanto a sociedade brasileira é racista e sexista, principalmente no mercado de trabalho, onde as melhores posições são ocupadas por homens brancos. Nas escolas, por exemplo, a maior discriminação se dá por raça, afetando a escolaridade dos negros e prejudicando, futuramente, sua inserção no mercado de trabalho e suas remunerações. Outros fatores importantes no levantamento da desigualdade são, por exemplo, as deficiências físicas e mentais, que afetam uma parcela da população e que, em alguns casos, podem apresentar barreiras para que uma família pertença ao estrato dos ricos.

O estudo sobre os ricos parte do princípio de que o Brasil possui recursos abundantes e de que as desigualdades sociais são desnecessárias. Uma alternativa para melhorar a qualidade de vida das pessoas que vivem em condições miseráveis seria adotar um método redistributivo de renda, mas, nesse caso, os ricos seriam os maiores prejudicados, pois, de certa forma, teriam que transferir parte da sua renda às pessoas que vivem em condições de vida piores no país (MEDEIROS, 2005b).

Através da estimação de uma linha de pobreza, Medeiros (2005b) identificou que 33% da população brasileira possui uma renda familiar *per capita* inferior à R\$ 80,97 mensais, considerados como pobres. Após a definição da linha de pobreza, foi possível trabalhar na estimação da linha de riqueza, considerada como o ponto limite no qual se identificou uma renda mensal familiar *per capita* de R\$ 2.170,00, em valores correntes da PNAD de setembro de 1999.

Após a construção da linha de riqueza, Medeiros (2005b) descreve as categorias nas quais os rendimentos dos ricos estão agrupados e compara com os rendimentos dos não ricos. As cinco categorias de fontes de rendimentos são: Trabalho, Aposentadorias e Pensões, Aluguéis, Doações e Juros, Dividendos e outros.

Os rendimentos do Trabalho, Aposentadorias e Pensões mostraram maior participação nos ganhos de ambos os estratos, ou seja, ricos e não ricos. Os demais rendimentos, apesar de possuírem uma participação muito pequena em ambos os estratos, são de suma importância para destacar os ricos por dependerem menos do rendimento do Trabalho para compor a renda de suas famílias. Apesar dos ricos constituírem uma parte pequena da população, concentram uma parcela considerável da renda das categorias analisadas, principalmente as que se relacionam com a acumulação de capital, como Aluguéis, Juros e Dividendos.

A POF de 2002-2003 considerou como a faixa de mais baixo rendimento, os recebimentos de até R\$ 400,00 mensais, representando um total de 16,38% das famílias no país. Na faixa mais alta, os recebimentos são superiores a R\$ 6.000,00, representado 5,08% das famílias brasileiras. Em valores absolutos, os gastos aumentam conforme a renda, porém, em termos percentuais é possível perceber as diferenças nos padrões de consumo.

As despesas com habitação, por exemplo, podem chegar a 37,15% do rendimento mensal na faixa mais baixa, enquanto que na faixa mais alta representa apenas 22,79% dos rendimentos. O item aluguel consome 17,27% da renda mais baixa e, por outro lado, a classe mais alta consome uma parcela maior em aquisição de imóvel 7,15%. A alimentação ocupa a segunda maior parte das despesas da

faixa de menor renda, 32,68%, que é o triplo do que gasta a faixa mais alta, 9,04%. Somente a habitação e a alimentação consomem 70% das despesas dos que recebem até R\$ 400,00, enquanto representa cerca de 32% da renda dos que recebem acima de R\$ 6.000,00.

Os gastos com habitação, alimentação e transportes continuam como as três maiores despesas de consumo. O grupo das outras despesas correntes, que inclui impostos, serviços bancários, contribuições trabalhistas, pensões etc., teve o seu percentual dobrado em 30 anos, passando de 5,27% para 10,85%. Apenas os impostos consomem, atualmente, 4,46%, em média, do total das despesas do brasileiro. Nos anos setenta, a parcela dos gastos fixos com alimentação, habitação, saúde, impostos e obrigações trabalhistas representava 79,86% e, em 2003, 93,26%. Com isso, reduziram-se os investimentos (em imóveis e outros), que na última pesquisa, POF de 2002-2003, ficaram em 4,76%, enquanto já foram em torno de 16,50%. A educação tem peso maior nos gastos das famílias de renda mais alta, respondendo por 4,89%. Estas famílias gastam mais com cursos e livros, enquanto que as famílias de renda mais baixa gastam com artigos escolares. As famílias de maior renda também empregam mais seus gastos com recreação e cultura (livros, revistas etc.).

Por fim, em quase todas as classes de rendimento, o valor médio das despesas é maior que o valor do rendimento. Por exemplo, na classe de até R\$ 400,00 de rendimento, se ganha em média R\$ 260,21, mas se gasta R\$ 454,70, e apenas as classes que ganham acima de R\$ 3.000,00 gastam, em média, menos do que recebem (IBGE, 2004).

Na pesquisa realizada por Medeiros (2003b), com os dados da PNAD de 1999, é possível confirmar que os ricos, na sua maioria, são homens, brancos, possuem acima de 13 anos de estudo e seu rendimento mensal médio do trabalho principal é de R\$ 4.115,57, enquanto que a remuneração média dos trabalhadores de famílias não ricas era de aproximadamente R\$ 509,00, praticamente oito vezes menor. A população dita “não ricos” possuía uma renda média mensal de aproximadamente 2 salários mínimos da época, enquanto que a população definida como “ricos” possuía uma renda média mensal de aproximadamente 16 salários mínimos da época, conforme se observa na Tabela 1.

Tabela 1 - Distribuição de características dos trabalhadores ricos e não ricos – Brasil – 1997-1999

Característica	Ricos	Não ricos
Rendimento Mensal Médio do Trabalho Principal	4.115,57	508,95
Idade Média	42	38
Média de Horas Trabalhadas por Semana	41	43
Escolaridade Média (anos de estudo)	13,5	6,5
Sexo Masculino	60%	64%
Cor Branca	91%	57%
Residente no Nordeste	11%	25%
Residente no Norte	2%	5%
Residente no Sudeste	62%	46%
Residente no Sul	16%	16%
Residente no Centro-oeste	8%	8%

Fonte: Medeiros (2003b, p. 177). Nota: Valores em reais de setembro de 1999.

Definir um rico é muito subjetivo e muitas vezes controverso, mas, de acordo com Medeiros (2003b), independente de se aceitar que a população delimitada

pelas linhas de riqueza é rica, é fato que ela constitui a elite que ocupa o topo estreito de uma pirâmide, onde a base larga é composta por milhares de pobres. A linha de riqueza pode ser definida como uma renda boa, ao invés de rico, pois estabelece um valor de renda acima das necessidades básicas de uma família, dando a sensação de plena satisfação, incluindo eventualmente consumos considerados como supérfluos.

Quanto aos dados, as PNADS são a fonte mais utilizada para estudos sobre desigualdade no país, pois cobrem diversas categorias de características socioeconômicas da população. Em seguida, os resultados dos Censos Demográficos, Pesquisa de Padrões de Vida (PPV), POF são os mais utilizados. Quanto ao acesso a outras fontes de dados, como informações fornecidas ao fisco, o acesso é restrito, pois as informações são sigilosas.

Há diversas dificuldades no desenvolvimento dos estudos sobre os ricos, que vão desde a definição do grupo até a disponibilidade de informações sobre essa população nos levantamentos de dados conduzidos no país. O tamanho reduzido dessa população específica faz com que não sejam amostrados e entrevistados de forma adequada, mesmo nas PNADs, que são consideradas como os melhores levantamentos amostrais brasileiros. Devido à falta de uma tradição de pesquisa sobre este tema no Brasil e no mundo, o estudo sobre os ricos se depara com muitos obstáculos que já foram superados, por exemplo, no campo dos estudos sobre a pobreza (MEDEIROS, 2005b).

Com o estabelecimento de um sistema regular de pesquisas domiciliares na década de 1960 e de 1970, o IBGE desenvolveu alguns estudos sobre indicadores sociais no país, que foram de extrema importância para se conhecer melhor as condições de vida da população brasileira. As pesquisas domiciliares brasileiras se desenvolveram ao longo dos anos, mas não com o objetivo de extrair informações relativas à população dos ricos, os questionários são formatados para extrair informações relativas aos pobres e os censitários não são instruídos para tal. Para se montar um estudo mais detalhado sobre os ricos, seria necessário um trabalho minucioso com os micro dados do IBGE, porém, o mesmo não foi desenvolvido para ser um sistema de fácil acesso e manuseio (MEDEIROS, 2005b).

Devido às dificuldades existentes no campo de estudo dos ricos e às restrições na disponibilização das informações, torna-se subjetiva a definição de um rico e uma solução encontrada por Medeiros (2005b, p. 254) é a de “estabelecer a fronteira entre ricos e não-ricos com base em regras simples que não dependam da definição de riqueza em termos absolutos e que se baseiem em princípios sobre os quais exista um consenso razoável”, ou seja, a construção de uma linha de riqueza.

Para Medeiros (2005b), portanto, o primeiro passo no estudo dos ricos é a definição de quem é rico. No momento em que se assume que os ricos fazem parte de um grupo com interesses semelhantes e com algum grau de similaridade em outras características próximas, é necessário que se busque na literatura sobre estratificação social, argumentos que ajudem a compor um esquema de divisão da sociedade. Diversos estudos vêm sendo desenvolvidos com o objetivo de avaliar o bem-estar da população, dando origem a pesquisas sobre condições de vida, bem-estar social, qualidade de vida ou desenvolvimento humano etc. O principal indicador utilizado nestes estudos é a renda, pois se trata de uma referência útil para a identificação do *status* socioeconômico dos indivíduos, tanto na identificação dos pobres quanto dos ricos.

Neste artigo, é adotada a renda como principal indicador e os dados são extraídos das PNADs, de forma semelhante às pesquisas de Medeiros (2004d),

Alves (2003) e Ferreira (2001), que também adotaram essa fonte de dados para o estudo dos ricos. No caso de Medeiros (2004d), o objetivo do estudo foi analisar como a composição familiar, sua organização para o trabalho e o nível de remuneração dos trabalhadores diferenciam as famílias ricas das não ricas. Já Alves (2003) estimou a linha da riqueza para o estado da Bahia a partir do rendimento familiar *per capita*. Por fim, Ferreira (2001) investigou as elites brasileiras por meio de sua mobilidade social, ocupacional, intergeracional e financeira.

Após a caracterização e a definição dos ricos no Brasil, na próxima seção são apresentados os procedimentos metodológicos.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para definir os ricos no estado do Rio Grande do Sul e na RMPA, foi utilizada como base a linha de riqueza, definida e construída por Medeiros (2004a) para distinguir o limite entre os ricos e os não ricos. Porém, sabe-se que este valor não é suficiente para justificar que as pessoas sejam ricas, mas que as pessoas possuem uma renda mensal familiar *per capita* (R\$ 2.170,00, dados de setembro de 1999) suficiente para suprir um pouco além das suas necessidades básicas.

Nesse artigo, são analisados os ricos que se enquadram nas classes de rendimentos de mais de 10 a 20 salários mínimos médios mensais e de mais de 20 salários mínimos médios mensais. Dentro destes estratos, são analisadas as características que diferem os grupos entre si por classes de rendimentos, como:

- 1) Situação de domicílio (disponível somente para o Rio Grande do Sul);
- 2) Gênero;
- 3) Grupos de anos de estudo;
- 4) Horas habitualmente trabalhadas por semana; e
- 5) Ramos de atividades (disponíveis somente para a classe de rendimento de mais de 10 salários mínimos mensais).

Os dados coletados pelas PNADs possuem coerência e credibilidade, fazendo com que sejam os mais recomendados para o desenvolvimento de estudos sobre o tema. Porém, as classes de rendimentos das PNADs, nas tabelas disponíveis, não são abertas em relação à população residente no país, apenas da população de 10 anos ou mais de idade, e para análise das demais categorias, como os anos de estudo, as horas trabalhadas, o gênero etc., as PNADs consideram as pessoas de 10 anos ou mais de idade e ocupadas na semana de referência da pesquisa. Os dados disponibilizados podem ser visualizados por ano, de 1991 a 2007, sem considerar os anos de Censo Demográfico, e por grupos geográficos: Brasil, grandes Regiões do Brasil (Sudeste, Sul, Centro Oeste, Norte e Nordeste), Unidades de Federação (estados) e para as Regiões Metropolitanas.

Quanto ao período definido para abrangência da pesquisa, os anos de 1992, 2002 e 2007 permitiram avaliar a evolução dos ricos nessas populações ao longo das últimas décadas. Como não há dados disponíveis para os anos de 1990 e de 1991, considerou-se a primeira PNAD da década de 1990, ou seja, 1992.

Após a descrição da metodologia adotada no estudo, na próxima seção são analisados os resultados dos dados das PNADs para os anos de 1992, 2002 e 2007, para a segmentação dos ricos no Rio Grande do Sul e na RMPA.

ANÁLISE DE RESULTADOS: A SEGMENTAÇÃO DOS RICOS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL E NA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE

No Brasil, a proporção dos ricos em números percentuais se manteve estável para as classes de rendimentos de mais de 10 a 20 salários mínimos e para mais de 20 salários mínimos, representando, nos três anos, 3% da população brasileira. Considerando somente a classe de rendimento de mais de 20 salários mínimos, os ricos representam 1% da população brasileira, detendo de uma renda média mensal de R\$ 12.435,00, em 2007, aproximadamente o dobro quando comparada a 1992.

Ao contrário, 52% da população brasileira, em 2007, recebia de mais de 1/2 até 5 salários mínimos, com uma renda média mensal de R\$ 98,00 a R\$ 1.439,00. As classes de rendimentos que apresentaram maior evolução foram as de mais 1/2 salário mínimo a 1 salário mínimo, subindo 4 pontos percentuais, e a de mais de 1 a 2 salários mínimos, subindo 5 pontos percentuais. Houve também uma redução no número da população que declarou não ter rendimentos, inclusive as pessoas que recebiam apenas benefícios, caindo de 42%, em 1992, para 33%, em 2007, o que se explica pela evolução das pesquisas domiciliares brasileiras e pelos programas de transferências de renda, como, por exemplo, Bolsa Família.

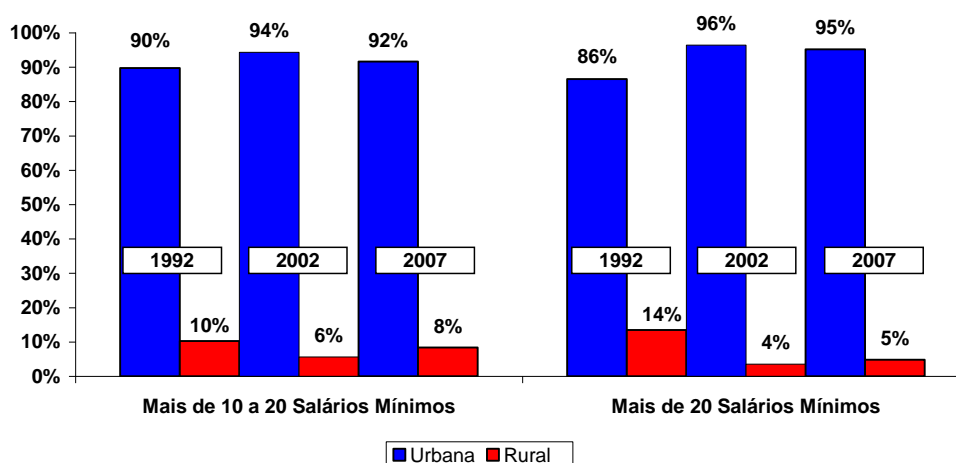
No Rio Grande do Sul é possível observar que os ricos, para a classe de rendimento de mais de 20 salários mínimos mensais, representavam, nos três anos analisados, 1% da população gaúcha. Já os que ganhavam de mais de 10 a 20 salários mínimos mensais, representavam 2%, em 1992, 3%, em 2002, e 2%, em 2007. Da população da RMPA, os ricos representam, em 1992, 4%, em 2002, 6% e, em 2007, 4%, somando as classes de rendimentos de mais de 10 a 20 salários mínimos e mais de 20 salários mínimos.

Os ricos do Rio Grande do Sul, se comparados com os ricos do Brasil, representavam 9%, em 1992, 7%, em 2002, e 7%, em 2007, para a classe de rendimento de mais de 10 a 20 salários mínimos e 9%, em 1992, 7%, em 2002, e 6%, em 2007, para os que recebiam mais de 20 salários mínimos. Já os ricos da RMPA, se comparados com os ricos do estado do Rio Grande do Sul, representavam 42%, em 1992, 50%, em 2002, e 50%, em 2007, para a classe de rendimento de mais de 10 a 20 salários mínimos mensais e 39%, em 1992, 54%, em 2002, e 57%, em 2007, para os que recebiam mais de 20 salários mínimos mensais, o que indica que os ricos estão concentrados na RMPA.

De acordo com o Gráfico 1, os ricos do Rio Grande do Sul estão concentrados, na sua maioria, na área urbana. Também foi possível identificar que a população que recebe de 10 a 20 salários mínimos mensais oscilou pouco nos três anos analisados, enquanto que a população que recebe acima de 20 salários mínimos mensais teve uma variação maior na divisão urbana e rural entre 1992 a 2002 e manteve-se estável entre 2002 a 2007.

Apesar de existir área rural dentro da RMPA, a situação de domicílio por classes de rendimentos é descrita, nos dados das PNADs, apenas para o Rio Grande do Sul. Cabe ressaltar que os desequilíbrios regionais quanto à pobreza e à desigualdade de renda se mantêm, principalmente, no meio rural, fazendo com que a concentração de ricos seja na área urbana.

Gráfico 1 - Os ricos no Rio Grande do Sul, por situação de domicílio e classes de rendimentos – 1992/2002/2007



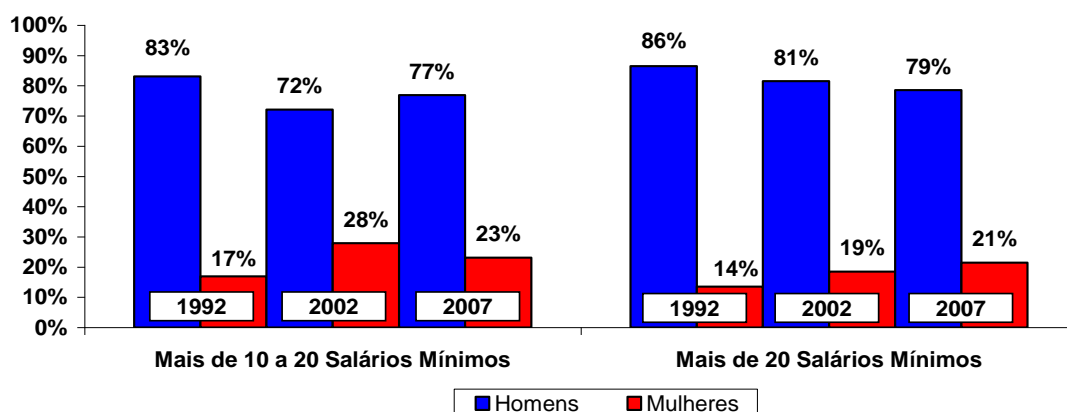
Fonte: Elaborado pelas autoras, a partir dos dados do IBGE - PNAD 1992, 2002 e 2007 – Rio Grande do Sul - Trabalho e Rendimento. Notas: Consideradas as pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência e que receberam somente em benefícios. Consideradas as pessoas classificadas no estrato de renda de mais de 10 salários mínimos mensais e de mais de 20 salários mínimos mensais. Na situação de domicílio, não havia dados para a RMPA.

O Gráfico 2 mostra os ricos do Rio Grande do Sul, por gênero e classes de rendimentos para os anos de 1992, 2002 e 2007. Os homens recebem relativamente mais do que as mulheres, representando 83%, 72% e 77%, respectivamente, aos anos analisados, dos ricos do Rio Grande do Sul, enquanto que as mulheres representam 17%, 28% e 23%. No estrato de renda entre 10 e 20 salários mínimos mensais, houve uma evolução na participação das mulheres, aumentando 11 pontos percentuais em 10 anos, no entanto, de 2002 a 2007, houve um declínio de 5 pontos percentuais.

Também é possível observar que a participação dos homens ricos no estrato de renda de mais de 20 salários mínimos mensais é ainda maior do que no estrato de renda de mais de 10 a 20 salários mínimos mensais. Significa que 86%, 81% e 79%, para os anos 1992, 2002 e 2007, da população que ganha mais de 20 salários mínimos mensais, são homens.

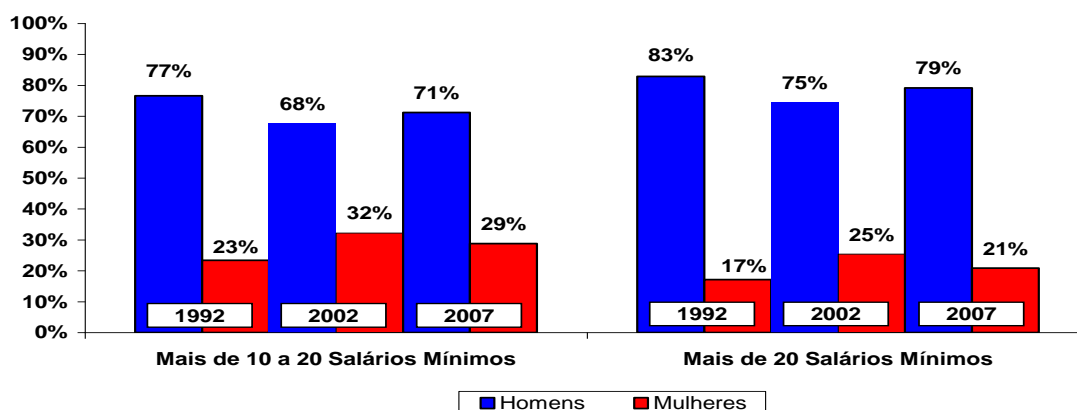
Conforme dados do Gráfico 3, em relação aos ricos da RMPA, existe uma participação maior das mulheres que se encontram no estrato de 10 a 20 salários mínimos mensais do que no Rio Grande do Sul. Porém, os ricos, neste estrato de renda, na sua maioria, continuam sendo homens. Os dados revelam uma diminuição na quantidade de homens ricos de 1992 para 2002, porém, voltou a crescer em 2007. Para o estrato de renda de mais de 20 salários mínimos, a participação de mulheres ricas na RMPA também é maior do que a participação das mulheres ricas em relação ao estado. Por fim, nas análises, do Rio Grande do Sul e da RMPA, para os estratos de renda de mais de 10 a 20 salários mínimos mensais e mais de 20 salários mínimos mensais, a proporção de homens ricos é relativamente maior do que a participação das mulheres ricas, apesar das mulheres terem uma participação maior na RMPA do que no estado.

Gráfico 2 - Os ricos no Rio Grande do Sul, por gênero e classes de rendimentos – 1992/2002/2007



Fonte: Elaborado pelas autoras, a partir dos dados do IBGE - PNAD 1992, 2002 e 2007 – Rio Grande do Sul - Trabalho e Rendimento. Notas: Consideradas as pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência e que receberam somente em benefícios. Consideradas as pessoas classificadas no estrato de renda de mais de 10 salários mínimos mensais e de mais de 20 salários mínimos mensais.

Gráfico 3 - Os ricos na RMPA, por gênero e classes de rendimentos – 1992/2002/2007



Fonte: Elaborado pelas autoras, a partir dos dados do IBGE - PNAD 1992, 2002 e 2007 - RMPA - Trabalho e Rendimento. Notas: Consideradas as pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência e que receberam somente em benefícios. Consideradas as pessoas classificadas no estrato de renda de mais de 10 salários mínimos mensais e de mais de 20 salários mínimos mensais.

Por uma questão histórica, os homens ganham mais do que as mulheres e ocupam melhores posições no mercado de trabalho. Porém, nota-se um pequeno crescimento na participação das mulheres nas duas classes de rendimentos analisadas. Para o Rio Grande do Sul, a participação das mulheres cresceu de 14%, em 1992, para 21%, em 2007, e na RMPA de 17%, em 1992, para 21%, em 2007. A cultura vem mudando ao longo do tempo e de acordo com as necessidades da população, pois o homem já não consegue sozinho sustentar a casa e a família e, por esta razão, a mulher está ganhando cada vez mais espaço no mercado de trabalho. Em relação ao mercado de trabalho, Alves (2003) observou que a renda proveniente do trabalho é o principal modo de acumulação de riqueza e de melhoria na qualidade de vida.

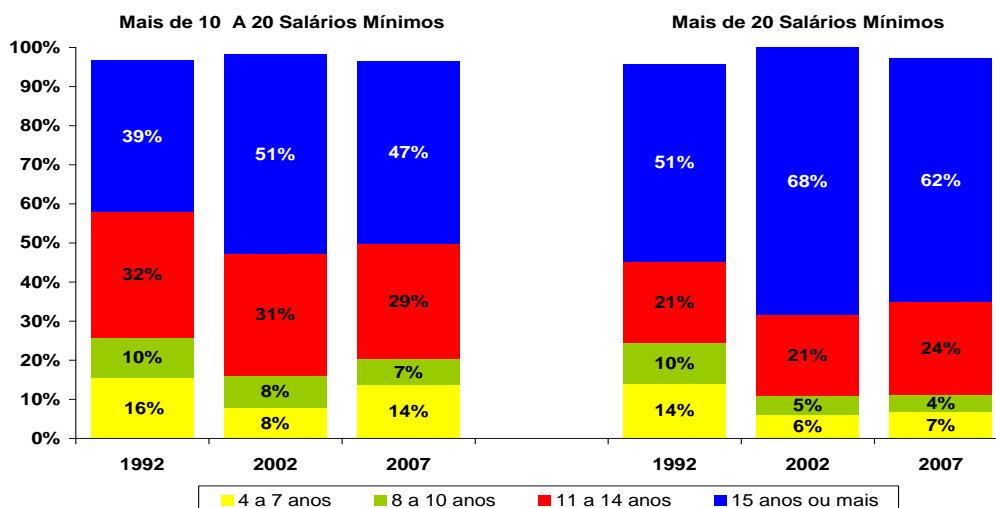
O Gráfico 4 apresenta uma diferença acentuada nos grupos de anos de estudo: quanto maior a quantidade de anos estudados, maior a renda. No segmento de 10 a 20 salários mínimos houve um crescimento na quantidade de anos estudados entre 1992 e 2002 e uma pequena queda de 2002 para 2007. Para o segmento de mais de 20 salários mínimos mensais, a quantidade de anos estudados é ainda maior que no segmento de 10 a 20 salários mínimos mensais, sendo, em média, de 15 anos ou mais. Também se percebe que existe uma população de ricos no Rio Grande do Sul, que possui uma escolaridade baixa entre 4 e 7 anos: este estrato da população está mais presente para quem recebe de 10 a 20 salários mínimos mensais.

O Gráfico 5 apresenta os grupos de anos de estudo para a RMPA. Observa-se que os ricos possuem maior escolaridade nessa região, principalmente no estrato de renda de mais de 20 salários mínimos mensais, ou seja, 70%, em 1992, 78%, em 2002, e 66%, em 2007, possuem mais de 15 anos de estudo. Na RMPA, a população com menor escolaridade é menor do que no Rio Grande do Sul para os dois estratos de renda.

Como causa desta maior escolaridade na RMPA, pode-se destacar a concentração de instituições de ensino na região e, também, a base cultural da população gaúcha valoriza mais o nível de educação. Um dos principais gastos dos ricos é com educação, o que justifica o maior nível de estudos e, conseqüentemente, o maior nível de renda.

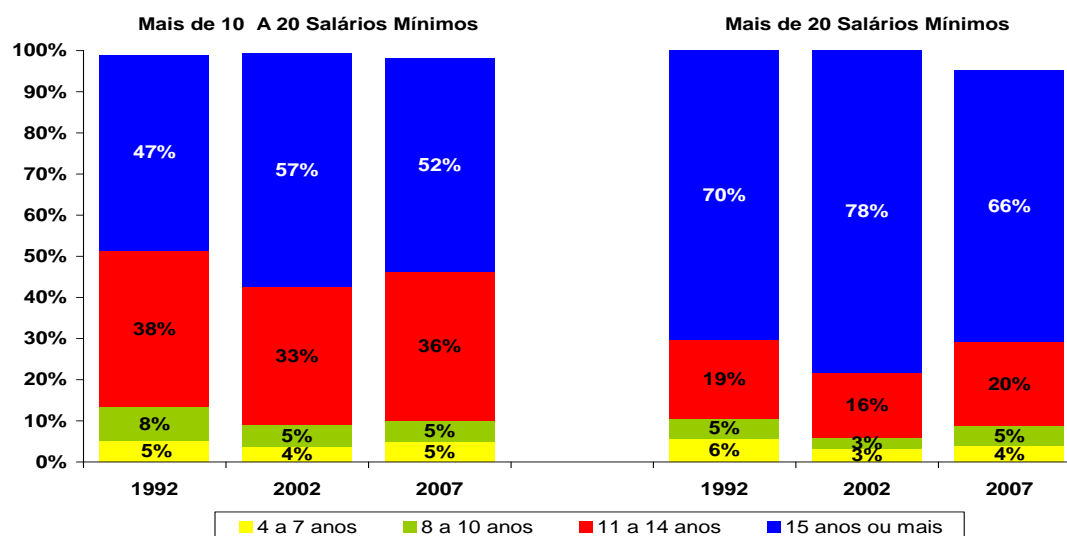
A educação gera maiores oportunidades no mercado de trabalho e estas, por sua vez, provocam o aumento real dos rendimentos, como destacado por Alves (2003). Os investimentos em educação, segundo Ferreira (2001), estão relacionados diretamente à ascensão social.

Gráfico 4 - Os ricos no Rio Grande do Sul, por grupos de anos de estudo e classes de rendimentos – 1992/2002/2007



Fonte: Elaborado pelas autoras, a partir dos dados do IBGE - PNAD 1992, 2002 e 2007 – Rio Grande do Sul - Trabalho e Rendimento. Notas: Consideradas as pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência e que receberam somente em benefícios. Consideradas as pessoas classificadas no estrato de renda de mais de 10 salários mínimos mensais e de mais de 20 salários mínimos mensais.

Gráfico 5 - Os ricos na RMPA, por grupos de anos de estudo e classes de rendimentos – 1992/2002/2007

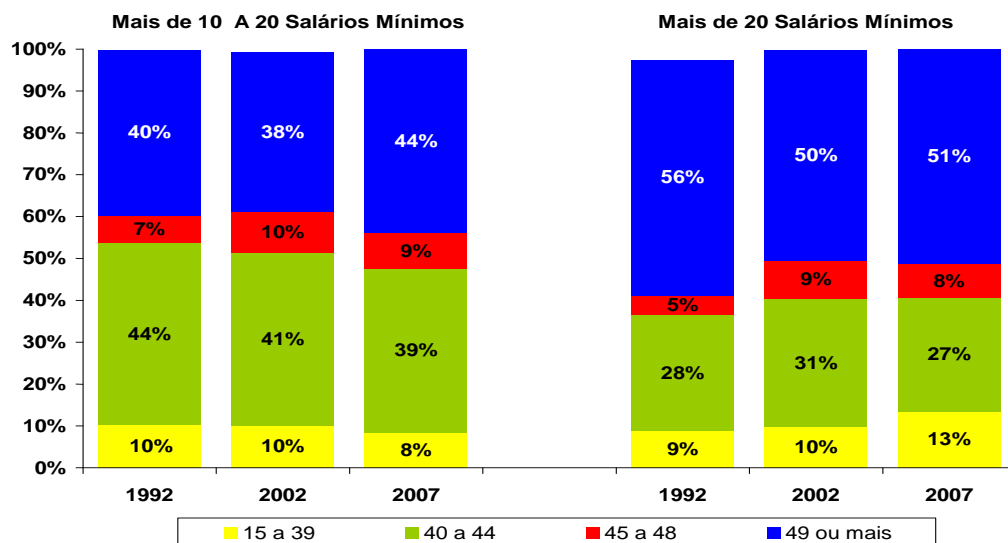


Fonte: Elaborado pelas autoras, a partir dos dados do IBGE - PNAD 1992, 2002 e 2007 - RMPA - Trabalho e Rendimento. Notas: Consideradas as pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência e que receberam somente em benefícios. Consideradas as pessoas classificadas no estrato de renda de mais de 10 salários mínimos mensais e de mais de 20 salários mínimos mensais.

Por meio do Gráfico 6 é possível ter uma noção de quantas horas os ricos trabalham por semana. No Rio Grande do Sul, para o estrato de renda de 10 a 20 salários mínimos mensais, a quantidade de horas habitualmente trabalhadas é, na maioria, de 40 a 44 horas, havendo, em 2007, um aumento de horas trabalhadas para 49 ou mais. Porém, no estrato de renda de mais de 20 salários mínimos, a quantidade de horas trabalhadas é mais concentrada na categoria de 49 ou mais horas, sendo 56%, em 1992, 50%, em 2002, e 51%, em 2007. A proporção da população que trabalha uma quantidade menor de horas entre, 15 a 39 horas, se mantém estável nos dois seguimentos de renda dos ricos. Havendo apenas um aumento em 2007 para os que ganham mais de 20 salários mínimos mensais.

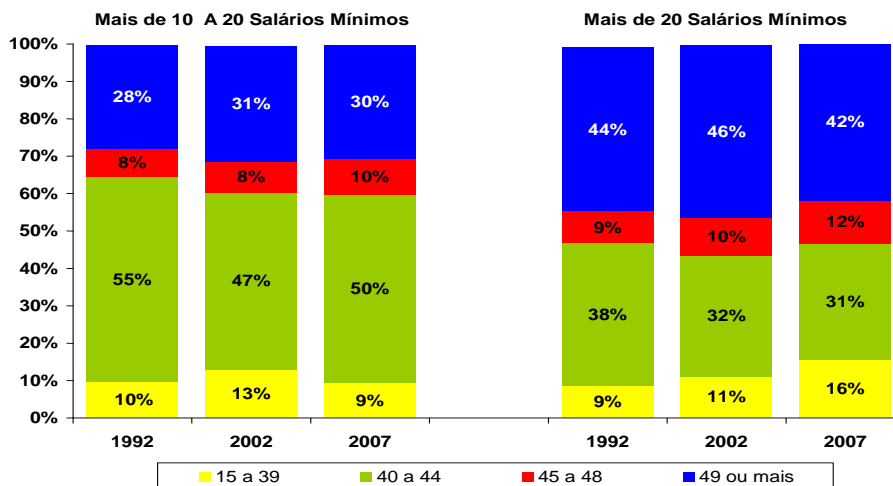
Para a RMPA, apresentada no Gráfico 7, existe uma concentração maior de quem trabalha entre 40 a 44 horas semanais, para quem ganha entre 10 a 20 salários mínimos mensais, ou seja, 55%, em 1992, 47%, em 2002, e 50%, em 2007. Já para quem ganha mais de 20 salários mínimos mensais, a média de horas habitualmente trabalhadas é de 49 ou mais por semana. Para quem trabalha menos, ou seja, entre 15 e 39 horas por semana, a participação é maior na RMPA do que no Rio Grande do Sul, existindo uma tendência de crescimento de quem trabalha menos horas por semana no estrato de renda de mais de 20 salários mínimos mensais. Os ricos que recebem mais de 20 salários mínimos trabalham, habitualmente, mais horas semanais do que os que recebem de mais de 10 a 20 salários mínimos e a quantidade de horas trabalhadas justifica, de certa forma, sua maior renda. Esses resultados são semelhantes aos obtidos por Medeiros (2004d).

Gráfico 6 - Os ricos no Rio Grande do Sul, por grupos de horas habitualmente trabalhadas por semana e classes de rendimentos – 1992/2002/2007



Fonte: Elaborado pelas autoras, a partir dos dados do IBGE - PNAD 1992, 2002 e 2007 – Rio Grande do Sul - Trabalho e Rendimento. Notas: Consideradas as pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência e que receberam somente em benefícios. Consideradas as pessoas classificadas no estrato de renda de mais de 10 salários mínimos mensais e de mais de 20 salários mínimos mensais.

Gráfico 7 - Os ricos na RMPA, por grupos de horas habitualmente trabalhadas por semana e classes de rendimentos – 1992/2002/2007



Fonte: Elaborado pelas autoras, a partir dos dados do IBGE - PNAD 1992, 2002 e 2007 - RMPA - Trabalho e Rendimento. Notas: Consideradas as pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência e que receberam somente em benefícios. Consideradas as pessoas classificadas no estrato de renda de mais de 10 salários mínimos mensais e de mais de 20 salários mínimos mensais.

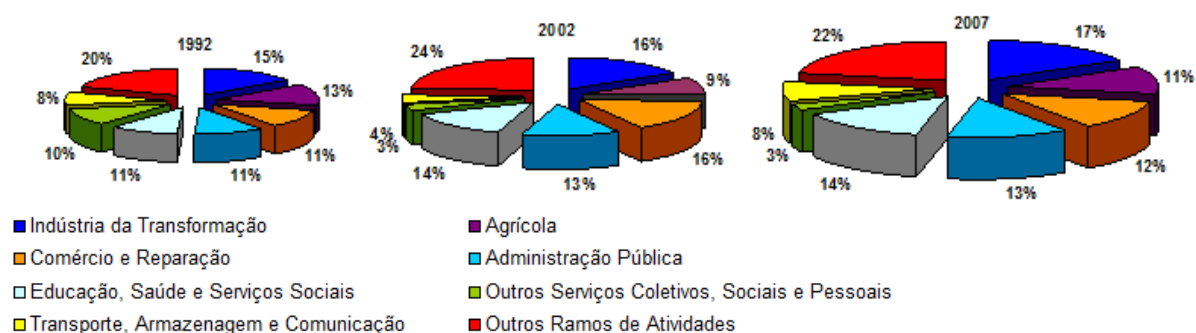
No Gráfico 8, é possível analisar qual o ramo de atividade que possui uma participação maior dos ricos. A categoria de “outros ramos de atividades”, apesar de ter uma representação maior nos três anos analisados, está agrupada com várias categorias de atividades que possuem um percentual menor de participação e que tornaria um excesso de informações se fossem mostradas em seus detalhes. Para

os ramos de atividades, não há dados abertos pelos estratos de renda de 10 a 20 salários mínimos mensais e maior de 20 salários mínimos mensais, assim, os valores foram agrupados no estrado de renda maior de 10 salários mínimos mensais.

Em 1992, os ricos tinham uma participação maior na Indústria da Transformação, seguida pelo ramo de atividade Agrícola e tendo a menor participação em Transporte, Armazenagem e Comunicação. Em 2002, se mantém a Indústria de Transformação em primeiro lugar junto com Comércio e Reparação e em segundo lugar o ramo de atividade de Educação, Saúde e Serviços Sociais. Em 2007, em primeiro lugar vem a Indústria da Transformação, seguida pela Educação, Saúde e Serviços Sociais.

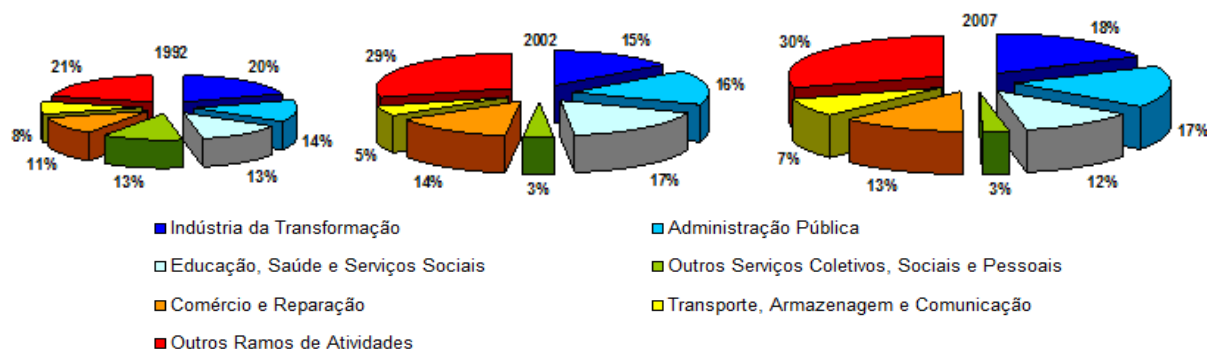
Para a RMPA, no Gráfico 9, os ricos estão concentrados, em 1992, na Indústria de Transformação e em segundo lugar na Administração Pública. Em 2002, o ramo de atividade com maior percentual é representado pela Educação, Saúde e Serviços Sociais, seguido pela Administração Pública. Em 2007, a Indústria de Transformação volta a ser o ramo de atividade com maior participação dos ricos seguida, novamente, pela Administração Pública. Em 1992, com menor participação, encontra-se Transporte, Armazenagem e Comunicação, no entanto, em 2002, os Outros Serviços Coletivos, Sociais e Pessoais assumem a liderança com menor participação, que se mantém até 2007. Para os ramos de atividades também não há dados na RMPA, abertos pelos estratos de renda de mais de 10 a 20 e maior de 20 salários mínimos mensais, sendo os valores agrupados no estrado de renda maior de 10 salários mínimos mensais. Uma das causas para que exista uma considerável participação dos ricos no ramo de Administração Pública, é a concentração dos órgãos públicos na capital do estado, que faz parte da RMPA.

Gráfico 8 - Os ricos no Rio Grande do Sul, agrupados por ramos de atividades, com rendimento maior de 10 salários mínimos mensais – 1992/2002/2007



Fonte: Elaborado pelas autoras, a partir dos dados do IBGE - PNAD 1992, 2002 e 2007 – Rio Grande do Sul – Trabalho e Rendimento. Notas: Consideradas as pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência e que receberam somente em benefícios. Considerada apenas as pessoas classificadas no estrato de renda superior a 10 salários mínimos mensais. Os grupos de ramos de atividades: Alojamento e Alimentação, Construção, Serviços Domésticos e Atividades mal definidas ou não declaradas, foram somadas no item “Outros ramos de atividades”, por não possuírem uma representatividade significativa. No caso do Rio Grande do Sul, considerou-se o ramo de atividade Agrícola.

Gráfico 9 - Os ricos na RMPA, agrupados por ramos de atividades, com rendimento maior de 10 salários mínimos mensais – 1992/2002/2007



Fonte: Elaborado pelas autoras, a partir dos dados do IBGE - PNAD 1992, 2002 e 2007 - RMPA - Trabalho e Rendimento. Notas: Consideradas as pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência e que receberam somente em benefícios. Considerada apenas as pessoas classificadas no estrato de renda superior a 10 salários mínimos mensais. Os grupos de ramos de atividades: Agrícola, Alojamento e Alimentação, Construção, Serviços Domésticos e Atividades mal definidas ou não declaradas, foram somadas no item “Outros ramos de atividades”, por não possuírem uma representatividade significativa.

Conforme os Gráficos 8 e 9, em relação aos agrupamentos por ramos de atividades, percebe-se que a economia gaúcha é liderada pela Indústria de Transformação, seguida pela Administração Pública e Educação, Saúde e Serviços Sociais. O que se explica pela forte concentração de grandes indústrias no estado e, principalmente, pela sede do governo se concentrar na RMPA, entre outros órgãos públicos. Ou seja, a renda dos ricos se concentra nos grandes empresários e nos administradores da máquina pública.

De acordo com os dados apresentados ao longo desta seção, os ricos do Rio Grande do Sul residem na área urbana, são homens e com escolaridade superior a 15 anos de estudo. Para os ricos que recebem mais de 10 a 20 salários mínimos, trabalham habitualmente de 40 a 44 horas semanais, e para os que recebem mais de 20 salários mínimos mensais, trabalham habitualmente mais de 49 horas semanais. Na maioria, fazem parte do ramo de atividade da Indústria da Transformação (17%), da Administração Pública (13%) e do Comércio e Reparação (12%), dados de 2007. Os ricos possuem rendimento médio mensal de R\$5.180,00, considerando a classe de rendimento de mais de 10 a 20 salários mínimos mensais, e de R\$11.783,00, considerando a classe de rendimento de mais de 20 salários mínimos mensais, dados de 2007 (Tabela 2).

Tabela 2 - Distribuição de características dos ricos por classes de rendimentos – Rio Grande do Sul – 1992/2002/2007

Características / Anos	Mais de 10 a 20 salários mínimos			Mais de 20 salários mínimos		
	1992	2002	2007	1992	2002	2007
Rendimento Médio Mensal (R\$)	2.568,02	2.877,10	5.180,00	6.948,55	7.048,84	11.783,00
Média de Horas Trabalhadas por Semana	40 a 44	40 a 44	49 ou mais	49 ou mais	49 ou mais	49 ou mais
Escolaridade Média (15 anos ou mais de estudo)	39%	51%	47%	51%	68%	62%
Sexo Masculino	83%	72%	77%	86%	81%	70%

Fonte: Elaborada pelas autoras, a partir dos dados do IBGE - PNAD 1992, 2002 e 2007 – Rio Grande do Sul - Trabalho e Rendimento.

Os ricos da RMPA, de acordo com os dados apresentados na presente seção, residem na área urbana, são homens e com escolaridade superior a 15 anos de estudo. Para os ricos que recebem mais de 10 a 20 salários mínimos, trabalham habitualmente de 40 a 44 horas semanais, e para os que recebem mais de 20 salários mínimos mensais, trabalham habitualmente mais de 49 horas semanais, e, na maioria, fazem parte do ramo de atividade da Indústria da Transformação (18%), Administração Pública (17%) e Educação, Saúde e Serviços Sociais (12%), dados de 2007. Os ricos possuem rendimento médio mensal de R\$5.108,00, considerando a classe de rendimento de mais de 10 a 20 salários mínimos mensais, e de R\$12.048,00, considerando a classe de rendimento de mais de 20 salários mínimos mensais, dados de 2007 (Tabela 3).

Tabela 3 - Distribuição de características dos ricos por classes de rendimentos – RMPA – 1992/2002/2007

Características / Anos	Mais de 10 a 20 salários mínimos			Mais de 20 salários mínimos		
	1992	2002	2007	1992	2002	2007
Rendimento Médio Mensal (R\$)	2.637,86	2.891,61	5.108,00	6.841,23	7.329,51	12.048,00
Média de Horas Trabalhadas por Semana	40 a 44	40 a 44	40 a 44	49 ou mais	49 ou mais	49 ou mais
Escolaridade Média (15 anos ou mais de estudo)	47%	57%	52%	70%	78%	66%
Sexo Masculino	77%	68%	71%	83%	75%	79%

Fonte: Elaborada pelas autoras, a partir dos dados do IBGE - PNAD 1992, 2002 e 2007 - RMPA - Trabalho e Rendimento.

O nível educacional não é o único fator que influencia os rendimentos dos trabalhadores, deve-se considerar, ainda, a experiência profissional e a presença, na sociedade brasileira, de discriminação de gênero e raça, fazendo com que mulheres e negros recebam abaixo dos salários médios. No estudo, não foi possível a visualização dos ricos por raça, porém, de acordo com Pinheiro e Bonetti (2008), sabe-se que em 2007, entre os 10% mais pobres da população, 67,9% eram negros; e esta proporção é de 21,9% no grupo dos 10% mais ricos. Já no grupo do 1% mais rico da população, somente 15,3% eram de indivíduos negros. Apesar da tendência de melhora na distribuição da riqueza produzida no país, permanece a desigualdade como destaque. Ainda em relação à raça, Ferreira (2001) observou que os negros possuem maior dificuldade de ascensão social do que os brancos, tanto no meio urbano quanto no rural.

Por fim, ressalta-se que, de acordo com Medeiros (2005b), um quarto da população rica é de beneficiários de aposentadorias e pensões, ou seja, apresenta uma estrutura etária mais elevada. Além disso, mais da metade das famílias ricas beneficiárias de aposentadorias e pensões não possuem estes rendimentos como sua renda principal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil encontra-se entre os países com maiores níveis de desigualdade de renda do mundo, pois a população é segmentada por uma grande parte de famílias de baixos rendimentos e uma pequena parte de famílias ricas. O estudo dos ricos é importante, pois esta população específica detém um grande volume de riqueza e poder. Os ricos se encontram em posições privilegiadas para influenciar no processo da administração pública, na contratação de grandes volumes de mão de obra ou

até mesmo na formação da opinião pública. A combinação dos poderes político e econômico faz com que os ricos sejam um dos grupos da sociedade com maior capacidade de influenciar os rumos do desenvolvimento nacional.

Há dificuldades nos estudos sobre os ricos, começando pela definição de quem é rico, na disponibilidade de informações nas pesquisas domiciliares brasileiras e no volume da produção do conhecimento sobre o tema. O tamanho reduzido da população dos ricos faz com que não sejam entrevistados adequadamente, mesmo considerando as melhores pesquisas domiciliares. Por questões de confidencialidade, o acesso a outras fontes de dados é restrito.

O presente estudo, portanto, procurou analisar uma das principais pesquisas domiciliares – PNAD, bem como os métodos utilizados. Durante a busca pelas informações relativas aos ricos foi identificado como principal problema a dificuldade e a limitação na disponibilização das informações. Muitas destas causas podem ser justificadas pelo despreparo dos questionários e dos censitários para o levantamento das informações relativas aos ricos. Com os dados disponibilizados pelo IBGE, em relação às PNADs, por Trabalho e Rendimento, não foi possível identificar os ricos por raça, idade, fontes de rendimentos e por regiões no Rio Grande do Sul. Nas demais informações levantadas, os dados por estrato de rendimentos só foram possíveis com base nas pessoas de 10 anos ou mais de idade e ocupadas na semana de referência da pesquisa.

Identificou-se que os ricos do Rio Grande do Sul são homens, residentes na área urbana e com 15 anos ou mais de estudo. Expandindo a informação por classes de rendimentos, para o ano de 2007, os ricos que recebem de mais de 10 a 20 salários mínimos mensais, trabalham habitualmente de 40 a 44 horas semanais e ganham um salário médio mensal de R\$ 5.180,00. Já os ricos que recebem mais de 20 salários mínimos mensais, trabalham habitualmente mais de 49 horas semanais e ganham um salário médio mensal de R\$ 11.783,00. Os ricos da população gaúcha, na sua maioria, estão concentrados na RMPA.

Para a RMPA, os ricos também são homens residentes na área urbana, com 15 anos ou mais de estudo, os que recebem de mais de 10 a 20 salários mínimos mensais trabalham habitualmente de 40 a 44 horas semanais e ganham um salário médio mensal de R\$ 5.108,00. Já os ricos que recebem mais de 20 salários mínimos mensais trabalham habitualmente mais de 49 horas semanais e ganham um salário médio mensal de R\$ 12.048,00, dados de 2007. Os ricos, independentemente da classe de rendimento, possuem no mínimo uma graduação completa, o que equivale a mais de 15 anos de estudo, e os ricos que recebem mais de 20 salários mínimos mensais trabalham habitualmente mais horas semanais, justificando, de certa forma, sua maior renda.

A contribuição desse estudo consistiu em caracterizar os ricos do Rio Grande do Sul e da RMPA. Esse tema deve ser aprofundado com o intuito de ampliar as políticas de redistribuição de renda. Como principais sugestões, propõem-se: uma estrutura mais detalhada das pesquisas domiciliares brasileiras em relação ao estudo dos ricos, bem como a preparação dos censitários para recolher o maior número de informações desta população específica; e o estudo da viabilidade de acesso e manuseio aos microdados do IBGE, para a evolução de métodos existentes e aprimoramentos nos processos de redução da desigualdade.

REFERÊNCIAS

- ALVES, L. A. A. Definindo os ricos a partir dos pobres: um breve estudo da desigualdade e pobreza na Bahia. **Conjuntura & Planejamento**, Salvador, n. 113, p. 27-30, out. 2003.
- DEDECCA, C. S. **A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD: Síntese Metodológica**. Brasília: ABEP, 1998. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/gt/gtTrabalho/gt_trabalho_censo2010/texto-dedecca-pnad.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2012.
- FERREIRA, M. C. Permeável, *ma non troppo?* A mobilidade social em setores de elite, Brasil – 1996. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 16, n. 47, p. 101-160, out. 2001.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sistema de Contas Regionais**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2010/default.shtm>>. Acesso em: 20 fev. 2013.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Em 30 anos, importantes mudanças nos hábitos de consumo dos brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_impresao.php?id_noticia=171>. Acesso em: 19 dez. 2012.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Vol. 28, p. 16.
- MEDEIROS, M. **A construção de uma Linha de Riqueza a partir da Linha de Pobreza**. Brasília: ABEP, 2004a. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_alap/PDF/ALAP2004_262.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2012.
- MEDEIROS, M. **A Geografia dos ricos no Brasil**. Brasília: IPEA, 2004b. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/2004/td_1029.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2012.
- MEDEIROS, M. **As fontes de rendimentos dos ricos no Brasil**. Brasília: IPEA, 2004c. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/2004/td_1014.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2012.
- MEDEIROS, M. Estrutura familiar e rendimento do trabalho dos ricos. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 47, n. 2, p. 365-382, 2004d.
- MEDEIROS, M. **As teorias de estratificação da sociedade e o estudo dos ricos**. Brasília: IPEA, 2003a. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/2003/td_0998.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2012.
- MEDEIROS, M. **O que faz os ricos ricos**: um estudo sobre os fatores que determinam a riqueza. Brasília: UnB, 2003b.
- MEDEIROS, M. **O estudo dos ricos no Brasil**. Rio de Janeiro: ABEP, 2005a. Disponível em: <<http://www.uff.br/uffon/noticias/2005/09/artigo-revistaeconomia.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2012.
- MEDEIROS, M. **O que faz os ricos ricos**: o outro lado da desigualdade brasileira. São Paulo: Hucitec, 2005b.
- PINHEIRO, L.; BONETTI, A. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. Brasília: IPEA, 2008. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/pdf/081216_retrato_3_edicao.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2012.
- SEN, A. K. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.